

ACORDO

Execução de título extrajudicial

Procedimento Administrativo nº 09.2015.00005339-0

Execução nº 5004769-34.2021.8.24.0018

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **GILMAR ANTÔNIO SCUSSIATO**, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 3/3/1964, portador do RG nº 12/R 1239511, inscrito no CPF nº 425.497.449-34, com residência na linha Scussiato, interior de Chapecó, telefone 49 99184-6688, e **GILBERTO PEDRO SCUSSIATO**, brasileiro, agricultor, nascido em 29.12.1965, inscrito no CPF n. 796.893.299-87, portador do RG n. 1.618.804, residente na Linha Scussiato, 49 91590704, doravante denominados *compromissários*.

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que durante a tramitação do Inquérito Civil Público nº 06.2015.00001223-2 foi constatado o parcelamento clandestino do

solo iniciado no imóvel da matrícula nº 90.157, localizado na linha Scussiato, interior de Chapecó;

CONSIDERANDO o compromisso assumido na data de 2 de junho de 2015, por meio do qual Gilmar Antonio Scussiato, Transportes Andria Ltda, Gilberto Pedro Scusiato, Luan Jonas Bachi, Leo Júnior Bachi e Leonir Francisco Bachi obrigaram-se a regularizar o parcelamento do solo implementado no imóvel (matrícula 90.157);

CONSIDERANDO o descumprimento do TAC, na data de 1º de março de 2021 foi ajuizada a Execução de Título Extrajudicial nº 5004769-34.2021.8.24.0018, em trâmite na 4ª Vara Cível de Chapecó;

CONSIDERANDO a alegada dificuldade do adimplemento das obrigações de fazer inicialmente assumidas, em razão das divergências de interesses dos interessados, bem como a dificuldade de obter a satisfação da multa gerada pelo descumprimento das obrigações, que em 29/3/2022 atingia o montante de R\$ 1.179.155,00;

CONSIDERANDO que a conversão das obrigações de fazer em obrigação de pagar multa e compensação pecuniária é a medida adequada e de maior resultado a ser adotada neste caso;

CONSIDERANDO que o compromissário demonstrou interesse na formalização de acordo extrajudicial, visando à extinção da execução e a adequação das obrigações outrora assumidas;

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante os seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1ª - O objeto do presente acordo é o imóvel da Matrícula matriculado sob o n. 90.157, localizado em Linha Scussiato, interior

de Chapecó e a Execução nº 5004769-34.2021.8.24.0018;

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª - Os compromissários comprometem-se a pagar R\$ 50.000,00, a título de multa pelo descumprimento do TAC originalmente celebrado, em favor do Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados, no prazo de 30 dias;

Cláusula 3ª - O compromissário compromete-se a pagar R\$ 50.000,00, a título de compensação pelos danos ambientais, em favor do Fundo Municipal de Reconstituição de Bens Lesados¹, em 30 dias;

Cláusula 4ª - Ficam revogadas as Cláusulas 1ª e 2ª do TAC celebrado no ICP nº 06.2015.00001223-2, unicamente quanto aos compromissários;

Cláusula 5ª - Todas as demais obrigações assumidas pelos compromissários no compromisso de ajustamento de condutas assinado em 2 de junho de 2015, no ICP nº 06.2015.00001223-2, permanecem hígidas;

Cláusula 6ª - Os compromissários comprometem-se a não realizar ou autorizar qualquer ato de intervenção física de parcelamento na área, enquanto não viger licença ambiental e alvará administrativo, incluindo na proibição a abertura de vias, cascalhamento, drenagem, rede de energia, rede de água, roçadas, abertura de lotes, ou quaisquer construções ou obras de engenharia;

Cláusula 7ª - O compromissário compromete-se a não promover qualquer ato de alienação, total ou parcial, do imóvel, sob qualquer forma, inclusive informal, até que se obtenha autorização e o parcelamento esteja devidamente regularizado;

¹ Conta Banco do Brasil nº 87.880-4, Agência 0321-2, CNPJ 83.021.808/0001-82, em nome do Município de Chapecó.

Parágrafo único – Incluem-se nas vedações do *caput* desta cláusula, toda espécie de anúncio, proposta de contrato, em qualquer plataforma, inclusive por terceiros, antes de o parcelamento estar devidamente registrado no Registro de Imóveis;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 8ª - Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, a compromissária ficará sujeita a multa diária de R\$ 300,00, ou multa de R\$ 100.000,00 por ocorrência, a critério do Ministério Público;

Parágrafo primeiro - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

Parágrafo segundo - O pagamento de eventual multa não exime o compromissário do cumprimento das obrigações contraídas;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 9ª - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra a compromissária, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

Cláusula 10ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura;

Cláusula 12ª - O Ministério Público apresentará este TAC ao Juízo de Direito (5004769-34.2021.8.24.0018), requerendo a homologação, a extinção da execução e dos embargos (5021356-34.2021.8.24.0018);

Parágrafo único. O cumprimento integral deste acordo dará

quitação à multa aplicada em decorrência do descumprimento do TAC celebrado no Inquérito Civil Público nº 06.2015.001223-2.

Chapecó, 8 de março de 2023

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Gilmar Antônio Scussiato
Compromissário

Gilberto Pedro Scussiato
Compromissário

Bruno Victório de Almeida Frias
OAB 29.811-B

Felipe Gustavo Pellenz
OAB/SC 59.355